

VOTAÇÃO

Parlamento Europeu aprovou a reforma sobre direitos de autor

Eurodeputados aprovaram esta quarta-feira a proposta de reforma sobre direitos de autor no mercado único digital.

ANTÓNIO SARMENTO
asarmento@jornaleconomico.pt

Depois de terem rejeitado em julho o mandato de negociação da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos sobre a proposta, os eurodeputados votaram favoravelmente a nova versão, com mais de 200 emendas, do documento que pretende atualizar os direitos de autor no contexto da Internet e uniformizá-los no espaço europeu. A posição dos eurodeputados foi aprovada em plenário por 438 votos a favor, 226 contra e 39 abstenções.

Muitas das alterações introduzidas pelo Parlamento Europeu à proposta inicial da Comissão Europeia visam garantir que artistas, nomeadamente músicos, intérpretes e argumentistas, bem como editores de imprensa e jornalistas, sejam remunerados pelo seu trabalho quando este é utilizado por plataformas de partilha, como o YouTube e o Facebook, ou agregadores de notícias, como o Google Notícias.

"Sabemos que os "polémicos" artigos 11 e 13 foram votados favoravelmente. O primeiro dos artigos confere aos titulares de direitos relativos a um conteúdo protegido em sede de direito de autor o direito a exigir às empresas titulares de plataformas tecnológicas ou de redes sociais o pagamento de valores pela difusão de hiperligações (links) por parte dos utilizadores e o segundo obriga aquelas mesmas empresas a verificar previamente se um conteúdo a difundir é suscetível de violar direitos de autor. Significa isto que, à partida, depois de quase dois anos de propostas, discussões, negociações, retificações e votações terá prevalecido a posição defendida pelos titulares de direitos de autor. Só o tempo dirá se o que uns defendem – a compensação pela criação intelectual de conteúdos usufruídos pelos utilizadores da internet – e o que outros temem – o fim da internet tal como a conhecemos – irá verificar-se", diz Filipe Mayer, Sócio e Coordenador do Departamento de TMT&PI da CCA Ontier.

No início de agosto, o Parlamento Europeu votou contra a

proposta legislativa dos direitos de autor na Internet. A rejeição remete, no entanto, para a próxima sessão legislativa a discussão das alterações à proposta de lei. A votação foi de 318 votos a favor e 278 contra. O diploma foi devolvido à comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos para que o texto fosse revisto.

"Mais do que uma votação técnica, foi uma importante votação política que nos permite reflectir sobre o que virá a ser em 2019 o próximo Parlamento Europeu. Também houve mudanças muito interessantes nos votos dos eurodeputados portugueses. Deste processo sai reforçada a cultura e o papel dos autores em todo o continente, tendo-se conseguido um nível de mobilização para o debate absolutamente notável em pleno mês de Agosto", afirma José Jorge Letria, presidente do conselho de administração da Sociedade Portuguesa de Autores.

Para Manuel Lopes Rocha, sócio coordenador da equipa de propriedade intelectual da PLMJ, "convém dizer que esta vitória vem na sequência de várias outras sem uma tão grande amplificação, como foi a recente condenação do Youtube num tribunal de Viena ou as últimas sentenças do Tribunal e Justiça da União Europeia muito favoráveis aos autores".

"É, também, a vitória clara do modelo Spotify que, agora, vai ser muito provavelmente replicado noutras áreas. Passado o barulho destes dias, a futura diretiva vai, muito provavelmente, consagrar aquilo para que elas foram feitas: uma harmonia de direitos e uma harmonia de interesses. A própria noção do que é um intermediário vinculado a estas regras, já está a ser burilada. Para já, nela não figuram a Wikipédia, plataformas de desenvolvimento de open source, online market places cujo escopo é a venda de bens físicos, entre alguns outros.", acrescenta o especialista da PLMJ.

O próximo passo passa por negociações com a Comissão Europeia e os 28 Estados-membros para conciliar posições antes de atualizar a atual lei sobre os direitos de autor. ●

BREVES

Linklaters reforça equipa de Finance & Projects

Paulo Mendonça Duarte é o novo reforço da Linklaters, integrando o departamento de Finance & Projects de Lisboa. Advogado desde 2006, Paulo Duarte tem focado a sua experiência em Direito Público, Regulatório e Ambiente sobretudo em assuntos envolvendo os setores energético, urbanístico e de infraestruturas, o que assume especial relevância para os clientes da Linklaters em Portugal e na África lusófona. O escritório tem assessorado clientes nacionais e internacionais em diversas transações nestes setores, quer na fase de desenvolvimento de novos projetos, quer no investimento em projetos existentes, OPAs e reestruturações. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e pós-graduado em Direitos Contratos Públicos, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade Lisboa.



Albuquerque & Associados e Paulo de Almeida & Associados associam-se em projeto comum

A associação, fruto de um caminho natural de aproximação e de colaboração entre as duas sociedades ao longo dos anos, concretizou-se em setembro com a mudança da equipa da Paulo Almeida & Associados para as instalações da Albuquerque & Associados, onde se desenvolverá o novo projeto. Nova é igualmente toda a imagem institucional bem como o respetivo site (www.aalegal.pt), que reflete já a nova linguagem adotada pelo projeto.

MLGTS reforça equipa de associados

Miguel Cortez Pimentel reforçou a área de Fiscal, enquanto advogado sénior. Tem desenvolvido a sua prática jurídica desde 2004 com enfoque em projetos de consultoria, reestruturação e planeamento fiscal internacional. Tem assessorado grupos nacionais e internacionais a operar em diversas áreas de negócio, tendo adquirido experiência relevante na assessoria fiscal a operações de M&A, reestruturação de modelos de negócio e tributação de produtos financeiros. Maria Carolina Gonçalves é a nova associada da equipa de imobiliário. Ana Carrilho Ribeiro integrou a equipa de fiscal. Beatriz Morais Sarmiento (contencioso e arbitragem), Francisco Vieira de Almeida (equipa de comercial e societário) e Tiago Coelho Magalhães (equipa de contencioso criminal, contraordenacional e compliance) foram promovidos a associados, após conclusão do estágio.

PUB

UFI Approved International Event

MIF

第二十三屆澳門國際貿易投資展覽會

23rd FEIRA INTERNACIONAL DE MACAU
23rd MACAO INTERNATIONAL TRADE & INVESTMENT FAIR

www.mif.com.mo

澳門威尼斯人
The Venetian Macao

18-20/10/2018

COOPERAÇÃO-CHAVE PARA OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

Registrar agora!

A Exposição será realizada simultaneamente com a 2018 Exposição de Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa (Macau) (PLPEX)

(853) 2882 8711

Organizador

Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau
Macao Trade and Investment Promotion Institute